

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Ouidvidoria: 0800-7220140

**Senhores Acionistas,**  
Temos o prazer de submeter à apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras da **FINANCEIRA ALFA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos** ("Companhia") relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras, do Parecer do Conselho Fiscal e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance da Companhia nos seus exercícios. Colocamos-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

**CENÁRIO ECONÔMICO**  
O ano se iniciou com a posse do presidente Jair Bolsonaro e com a expectativa de que o novo governo, que assumiu e ao mesmo tempo colocasse a economia novamente em condições de apresentar crescimento sustentado ao longo do ano.

A despeito da boa avaliação inicial tanto da equipe liderada pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, quanto da agenda proposta, no decorrer do primeiro semestre as dificuldades para a tramitação da Reforma da Previdência e passaram a exigir foco total do governo. Assim, a agenda paralela, baseada na desregulamentação e desburocratização da economia, simplificação tributária, revisão dos gastos e regras fiscais, reforma administrativa, privatizações e concessões, investimentos na melhoria da área de infraestrutura e abertura comercial, acabou sendo adiada ou colocada em segundo plano.

A despeito das dificuldades da articulação política para garantir sua tramitação no Congresso, a Reforma da Previdência acabou sendo aprovada no segundo semestre. Com uma economia prevista para os próximos 10 anos de mais de R\$850 bilhões, consideravelmente acima do inicialmente esperado pelo consenso, a reforma foi considerada robusta e essencial para garantir uma trajetória de expansão de contas públicas.

O foco na reforma em detrimento da agenda de crescimento, entretanto, cobrou seu preço. Conforme não se confirmaram as expectativas mais otimistas quanto à retomada dos investimentos, do consumo e uma redução mais significativa da taxa de desemprego, as estimativas para o impulso extra, PIB foram gradualmente sendo revistas para baixo ao longo do ano. Visando criar um cenário, o AIB que pontual o governo anunciou no final de julho, a liberação parcial de recursos das contas ativas do FGTS, com efeito pontual estimado em 0,35% do PIB. Ainda assim, ao final do ano, a estimativa do consenso para o PIB de 2019 apontava para uma expansão de 1,15%, similar à registrada em 2018.

Em paralelo, o cenário internacional também se mostrou adverso em 2019. Em meio à continuidade das tensões no conflito comercial entre Estados Unidos e China e também às indefinições quanto ao futuro da União Europeia e do Reino Unido após o BREXIT, o quadro de elevadas incertezas continuou a pesar sobre o cenário global, afetando negativamente as expectativas de crescimento em diversas regiões do mundo. Respondendo a esse cenário, os principais Bancos Centrais se alinharam ao longo do ano a disposição de proverem um ambiente de maior liquidez diante, se e quando necessário, com o *Federal Reserve* Americano e o Banco Central Europeu efetivamente reduzindo juros entre o segundo e terceiro trimestres.

No Brasil, o pano de fundo do risco de desaquecimento global aliado ao menor crescimento doméstico acabou por resultar em um quadro de menor pressão inflacionária durante grande parte do ano. Isso permitiu que também aqui o Banco Central desse início a um ciclo de afrouxamento monetário, assim que o cenário de afastamento do risco fiscal desse lado pela proximidade da aprovação da Reforma da Previdência permitiu. Entre julho e dezembro, o Copom reduziu então a taxa Selic de 6,5% a.p. para 4,5% a.a., novo patamar mínimo histórico. Um choque de oferta pontual, entretanto, impediu que a inflação encerrasse 2019 abaixo do centro da meta. A alta global dos preços de proteína animal,

decorrente da epidemia na China de gripe suína africana, afetou também os preços brasileiros no último bimestre no ano, e assim, a inflação medida pelo IPCA acabou encerrando com elevação de 4,31%, contra uma meta de 4,25%.

Com relação às contas fiscais, o esforço do governo para controlar as despesas e a trajetória fiscal teve sucesso e, contando ainda com recursos adicionais decorrentes do leilão das reservas de petróleo do pré-sal, o Governo Central encerrou o ano de 2019 com um déficit primário de R\$ 95 bilhões, cumprindo com folga a meta de um déficit de R\$ 139 bilhões. A dívida bruta do setor público consolidado recuou para 75,8% do PIB ao final de 2019 de 76,5% do PIB ao final de 2018 - primeira queda desde 2013 -, contando também com o benefício da devolução de recursos do BNDES e da redução das reservas internacionais.

As contas externas, entretanto, mostraram deterioração ao longo do ano, com o déficit em conta corrente atingindo US\$ 50,8 bilhões, equivalente a 2,9% do PIB, contra 2,2% do PIB em 2018, principalmente em função de uma retração das exportações. O fluxo de entrada de investimento estrangeiro direto no país, entretanto, manteve o patamar observado no ano anterior, ainda cobrindo com folga o déficit em conta corrente, ao contabilizar a entrada de US\$ 78,6 bilhões (equivalente a 4,3% do PIB). Com um cenário internacional menos favorável e o ritmo de retomada do crescimento interno frustado, as expectativas, o Real se desvalorizou 4% em 2019, encerrando o ano cotado a R\$/US\$ 4,02. Dentro desse contexto de contas externas, a autoridade monetária alterou ao longo do ano sua forma de intervenção no mercado cambial, passando a gradualmente reduzir seu estoque de swaps cambiais e a ofertar moeda diretamente, através da diminuição de seu estoque de reservas internacionais, considerado em nível mais que suficiente. Ao final de 2019, as reservas internacionais somavam US\$ 356,9 bilhões, ainda cobrindo 110% do total da dívida externa do país.

**DESEMPENHO DAS ATIVIDADES**  
**Resultado do Exercício**  
O lucro líquido da Companhia no exercício atingiu R\$ 72.123 mil (2018 R\$ 68.059 mil), correspondendo à rentabilidade anualizada de 8,02% (2018 8,00%) sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 899.060 mil (inicial de 2018 R\$ 851.004 mil). A cada lote de mil ações do capital social da Companhia correspondeu o lucro líquido de R\$ 702,18 (2018 R\$ 662,45).

Os juros sobre o capital próprio alcançaram R\$ 20.152 mil no exercício (2018 R\$ 19.017 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 34.900 (2018 R\$ 32.411) e R\$ 410,54 (2018 R\$ 387,70) por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, conforme nota explicativa 12b. Os juros sobre o capital próprio referentes ao primeiro semestre totalizaram R\$ 5.709 mil (2018 R\$ 9.217 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 129.444 (2018 R\$ 193,72) por lote de mil ações preferenciais e, para as ações ordinárias não houve pagamento. Para o segundo semestre de 2019 foi aprovado o valor de R\$ 14.443 mil (2018 R\$ 9.800 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 34,90 (2018 R\$ 21,16) e R\$ 281,10 (2018 R\$ 193,98) por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, respectivamente.

**Patrimônio Líquido**  
O patrimônio líquido atingiu R\$ 950.894 mil ao final do exercício (31/12/2018 R\$ 899.060 mil). O valor patrimonial para cada lote de mil ações alcançou R\$ 9.257,60 (31/12/2018 R\$ 8.756,96). A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/04/2019, homologada pelo Banco Central do Brasil em 26/06/2019, aprovou o aumento do capital social para R\$ 448.030 mil, mediante incorporação de reservas de lucros.

O índice de capital instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil atingiu 20,06% ao final do exercício (31/12/2018 20,42%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Prudencial Alfa, quando comparado tanto com o mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado

pelos Comitês da Basileia.  
**Recursos Captados**  
O volume de recursos captados pela Companhia atingiu R\$ 4.464.283 mil na data do balanço (31/12/2018 R\$ 4.550.195 mil). Esses recursos estavam representados por R\$ 4.455.709 mil (31/12/2018 R\$ 4.518.019 mil) em depósitos interfinanceiros, R\$ 7.562 mil (31/12/2018 R\$ 26.538 mil) em repasses do BNDES e FINAME e R\$ 1.012 mil (31/12/2018 R\$ 5.638 mil) em obrigações por venda de ativos financeiros.

**Ativos e Empréstimos**  
O ativo total alcançou R\$ 6.123.759 mil ao final do exercício (31/12/2018 R\$ 5.936.980 mil). A carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos atingiu R\$ 818.347 mil na data do balanço (31/12/2018 R\$ 569.776 mil). A Companhia classificou 100% dos títulos e valores mobiliários na categoria "títulos para negociação".

A carteira de crédito, incluindo relações interfinanceiras de R\$ 1.693 mil (31/12/2018 R\$ 185.111 mil) e o ajuste positivo a valor de mercado da carteira de crédito objeto de "hedge" no montante de R\$ 268.360 mil (31/12/2018 R\$ 170.010 mil, também positivo), conforme Carta Circular do BACEN nº 3.624 de 26/12/2013, atingiu R\$ 4.997.754 mil ao final do exercício (31/12/2018 R\$ 4.325.923 mil). O volume de créditos vencidos acima de 14 dias totalizou R\$ 55.580 mil (31/12/2018 R\$ 44.938 mil), correspondente a 1,18% (31/12/2018 1,13%) do total da carteira de crédito.

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$ 61.661 mil (31/12/2018 R\$ 59.302 mil), representando 1,30% (31/12/2018 1,49%) do total da carteira de crédito, 28,27% (31/12/2018 35,54%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999.

**OUVIDORIA**  
O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.433, de 27/07/2015.

**DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE**  
Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Financeiras da **Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos**, ou pessoas a ela ligadas, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios internacionalmente aceitos quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**  
Conforme Instrução CVM nº 552, de 09/10/2014, a Diretoria declara que em reunião realizada em 17 de março de 2020, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2019.

**AGRADECIMENTOS**  
É indispensável traduzir o reconhecimento da **Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos** ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuarão a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 17 de março de 2020.

**DIRETORIA**

Este Relatório da Administração preparado pela Diretoria foi examinado e aprovado em reunião do conselho de Administração de 17 de março de 2020.

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - EM R\$ MIL**

ATIVO	2019		2018		PASSIVO	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018		2019	2018	2019	2018
<b>Circulante</b>	<b>3.070.207</b>	<b>3.582.076</b>			<b>Circulante</b>	<b>2.873.366</b>	<b>2.623.129</b>		
Disponibilidades	7.255	10.176			Depósitos (Nota 9)	2.667.862	2.439.886		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 3)	103.516	887.902			Depósitos Interfinanceiros	2.667.862	2.439.886		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	103.516	887.902			<b>Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 9)</b>	<b>5.338</b>	<b>18.836</b>		
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 4)</b>	<b>816.272</b>	<b>563.338</b>			BNDES	853	926		
Carteira Própria	140.549	21.627			FINAME	4.485	17.910		
Vinculados a Prestação de Garantias	669.569	534.724			<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>93.989</b>	<b>64.562</b>		
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 15)	6.154	6.987			Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 15)	93.989	64.562		
<b>Relações Interfinanceiras (Nota 5)</b>	<b>1.693</b>	<b>185.103</b>			<b>Outras Obrigações</b>	<b>106.273</b>	<b>99.845</b>		
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1.693	185.103			Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.214	856		
<b>Operações de Crédito (Nota 5)</b>	<b>2.061.921</b>	<b>1.837.327</b>			Sociais e Estatutárias	19.150	15.482		
Sector Privado	2.077.930	1.873.021			Fiscais e Previdenciárias (Nota 10a)	28.254	22.804		
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 5d)	(17.004)	(38.295)			Diversas (Nota 10b)	57.655	60.703		
<b>Outros Créditos</b>	<b>67.696</b>	<b>84.358</b>			<b>Exigível a Longo Prazo</b>	<b>2.286.909</b>	<b>2.395.668</b>		
Rendas a Receber	4	48			Depósitos (Nota 9)	1.787.847	2.078.133		
Diversos (Nota 6)	67.721	84.340			Depósitos Interfinanceiros	1.787.847	2.078.133		
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 5d)	(29)	(30)			<b>Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 9)</b>	<b>2.224</b>	<b>7.702</b>		
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>11.854</b>	<b>13.872</b>			BNDES	793	1.615		
Outros Valores e Bens	2.017	7.483			FINAME	1.431	6.087		
Provisão para Desvalorização	(690)	(2.246)			<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>363.222</b>	<b>219.383</b>		
Despesas Antecipadas (Nota 7)	10.727	8.635			Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 15)	363.222	219.383		
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>3.044.322</b>	<b>2.345.623</b>			<b>Outras Obrigações</b>	<b>133.616</b>	<b>90.450</b>		
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 4)</b>	<b>2.075</b>	<b>6.438</b>			Previdenciárias (Nota 10a)	103.149	60.403		
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 15)	2.075	6.438			Diversas (Nota 10b)	30.467	30.047		
<b>Operações de Crédito (Nota 5)</b>	<b>2.820.923</b>	<b>2.143.166</b>			<b>Resultados de Exercícios Futuros</b>	<b>12.590</b>	<b>19.123</b>		
Sector Privado	2.865.455	2.163.255			Resultados de Exercícios Futuros	12.590	19.123		
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 5d)	(44.532)	(780)			<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>950.894</b>	<b>899.060</b>		
<b>Outros Créditos</b>	<b>212.702</b>	<b>194.075</b>			Capital (Nota 12a):	448.030	423.430		
Diversos (Nota 6)	212.799	194.183			De Domiciliados no País	424.331	401.038		
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 5d)	(97)	(108)			De Domiciliados no Exterior	23.699	22.392		
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>8.622</b>	<b>1.944</b>			Reservas de Capital	4.099	4.099		
Despesas Antecipadas (Nota 7)	9.230	9.281			Reservas de Lucros (Nota 12c)	499.818	472.447		
<b>Permanente</b>	<b>9.230</b>	<b>9.281</b>			(Ações em Tesouraria) (Nota 12d)	(1.053)	(916)		
Investimentos	35	751			<b>Total Geral do Passivo</b>	<b>6.123.759</b>	<b>5.936.980</b>		
Outros Investimentos	592	1.308							
(Provisão para Perdas)	(557)	(557)							
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>7.465</b>	<b>7.510</b>							
Outras Imobilizações de Uso	16.472	15.697							
Depreciação Acumulada	(9.008)	(8.187)							
<b>Intangíveis</b>	<b>1.730</b>	<b>1.020</b>							
Ativos Intangíveis	4.371	3.196							
(Amortização Acumulada)	(2.641)	(2.176)							
<b>Total Geral do Ativo</b>	<b>6.123.759</b>	<b>5.936.980</b>							

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM R\$ MIL**  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019

Eventos	Capital Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>400.030</b>	<b>4.251</b>	<b>246.800</b>	<b>(82)</b>	-	<b>851.004</b>
Aumento de Capital - AGE 19/04/2018	23.400	-	(23.400)	-	-	-
<b>Outros Eventos:</b>	-	-	-	(986)	-	(986)
Adição de Ações Próprias	-	-	-	152	-	152
Cancelamento de Ações Próprias	-	(152)	-	-	-	(152)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	-	-	-	-	<b>68.059</b>	<b>68.059</b>
<b>Destinações:</b>	-	-	-	-	(49.042)	(49.042)
Reservas	-	-	47.447	-	(19.017)	(19.017)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	492.042	(916)	-	490.126
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>423.430</b>	<b>4.099</b>	<b>492.042</b>	<b>(916)</b>	-	<b>899.600</b>
Mutações do Período	23.400	(152)	25.642	(834)	-	48.056
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>423.430</b>	<b>4.099</b>	<b>472.447</b>	<b>(916)</b>	-	<b>899.060</b>
Aumento de Capital - AGE 25/04/2019	24.600	-	(24.600)	-	-	-
<b>Outros Eventos:</b>	-	-	-	(137)	-	(137)
Adição de Ações Próprias	-	-	-	152	-	152
Cancelamento de Ações Próprias	-	-	-	-	-	-
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	-	-	-	-	<b>72.123</b>	<b>72.123</b>
<b>Destinações:</b>	-	-	-	-	(137)	(137)
Reservas	-	-	51.971	-	(51.971)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	199.818	(1.053)	(20.152)	178.503
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>448.030</b>	<b>4.099</b>	<b>499.818</b>	<b>(1.053)</b>	-	<b>950.894</b>
Mutações do Período	24.600	0,00	27.371	(137)	-	51.834
<b>Saldo em 30/06/2019</b>	<b>448.030</b>	<b>4.099</b>	<b>472.165</b>	<b>(1.043)</b>	-	<b>923.271</b>
<b>Outros Eventos:</b>	-	-	-	(10)	-	(10)
Adição de Ações Próprias	-	-	-	10	-	10
Cancelamento de Ações Próprias	-	-	-	-	-	-
<b>Lucro Líquido do Semestre</b>	-	-	-	-	<b>42.076</b>	<b>42.076</b>
<b>Destinações:</b>	-	-	-	-	(27.633)	(27.633)
Reservas	-	-	29.833	(1,053)	(14,443)	(14,443)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	472,633	(10)	-	461,213
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>448.030</b>	<b>4.099</b>	<b>499.818</b>	<b>(1.053)</b>	-	<b>950.894</b>
Mutações do Período	-	-	27,633	(10)	-	16,623

As Notas Explicativas são Parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 201**

no montante de R\$ 87 (31/12/2018 R\$ 130 positivo), obtido entre os valores de custo R\$ 810.031 (31/12/2018 R\$ 556.221) e de mercado R\$ 810.118 (31/12/2018 R\$ 556.351), foi registrado sob o título "Resultado com Títulos e Valores Mobiliários". Os títulos privados são custodiados na B3 e os títulos públicos no SELIC.

**c) Composição dos títulos vinculados a prestação de garantias:**

	31/12/2019	31/12/2018
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	658.723	526.366
Títulos dados em garantia em ações judiciais	10.846	8.358
<b>Total</b>	<b>669.569</b>	<b>534.724</b>

**(05) OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

**a) Composição da carteira de crédito por setor de atividade:**

Setor de atividade:	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor	%	Valor	%
<b>Setor privado</b>				
Rural	36.478	0,8	6.202	0,2
Indústria	37.264	0,8	38.195	1,0
Comércio	563.598	11,9	450.060	11,3
Instituições financeiras	52.372	1,1	96.813	2,4
Outros serviços	321.415	6,8	250.776	6,8
Pessoas físicas	3.116.574	78,6	3.128.756	78,8
<b>Total da carteira</b>	<b>4.727.701</b>	<b>100,0</b>	<b>3.970.802</b>	<b>100,0</b>
Empréstimos	2.865.148	60,6	2.384.185	60,0
Financiamentos	1.809.877	38,3	1.482.081	37,3
Operações de crédito vinculadas à cessão	994	-	3.381	0,1
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão (nota 6)	36.125	0,8	96.396	2,4
Outros créditos (nota 6)	15.557	0,3	4.759	0,2
<b>Total da carteira</b>	<b>4.727.701</b>	<b>100,0</b>	<b>3.970.802</b>	<b>100,0</b>
Ajuste ao valor mercado - item objeto hedge	268.360	-	170.010	-
Relações interfinanceiras (*)	1.693	-	185.111	-
<b>Total global</b>	<b>4.997.754</b>	-	<b>4.325.923</b>	-

(\*) Refere-se a títulos e créditos a receber sem cobrição do cedente ou retenção de riscos e benefícios em, 31/12/2019 possuía provisão para crédito de liquidação duvidosa de R\$ zero (31/12/2018 R\$ 8), valor líquido de carteira R\$ 1.693 (31/12/2018 R\$ 185.103).

**b) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento:**

Parcelas por Faixas	31/12/2019			31/12/2018				
	A vencer	Vencidos	Total	A vencer	Vencidos	Total		
<b>A vencer</b>								
até 180 dias	1.353.093	13.958	1.367.051	28,9	1.193.513	11.018	1.204.531	30,3
- de 181 a 360 dias	770.115	9.211	779.326	16,5	713.134	7.484	720.618	18,1
acima de 360 dias	2.548.913	23.443	2.572.356	54,4	2.019.217	18.463	2.037.680	51,7
<b>Total vencidas</b>	<b>4.672.121</b>	<b>46.412</b>	<b>4.718.533</b>	<b>99,8</b>	<b>3.925.864</b>	<b>36.965</b>	<b>3.962.829</b>	<b>99,3</b>
<b>até 60 dias</b>								
- de 1 a 60 dias	-	-	-	-	2.820	2.820	0,1	-
- de 61 a 180 dias	-	-	-	-	3.305	3.305	0,1	-
- acima de 180 dias	-	-	-	-	1.848	1.848	0,1	-
<b>Total vencidas</b>	<b>-</b>	<b>8.968</b>	<b>8.968</b>	<b>0,2</b>	<b>7.973</b>	<b>7.973</b>	<b>0,3</b>	<b>-</b>
<b>Total da carteira</b>	<b>4.672.121</b>	<b>55.580</b>	<b>4.727.701</b>	<b>100,0</b>	<b>4.325.864</b>	<b>44.938</b>	<b>3.970.802</b>	<b>100,0</b>

**c) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco:** A Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, estabelece os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais são baseados em sistemas de avaliação de risco de clientes/operações. A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na referida Resolução, estão demonstrados a seguir:

Níveis de Risco:	31/12/2019				31/12/2018					
	Carteira de Crédito		Provisão		Carteira de Crédito		Provisão			
	(*) A Vencer	(*) A Vencido	Total	Exigida Contábil	(*) A Vencer	(*) A Vencido	Total	Exigida Contábil		
AA	254.654	-	254.654	-	276.528	-	276.528	-		
A	4.267.865	-	4.267.865	21.339	24.327	3.481.600	-	3.481.600	17.408	21.585
B	128.927	11.950	140.877	1.409	3.804	126.329	6.717	133.046	1.330	2.701
C	7.957	10.438	18.395	552	1.821	16.985	9.276	26.261	788	2.613
D	6.659	5.291	11.950	1.195	3.573	19.177	4.824	24.001	2.400	7.198
E	2.352	6.231	8.583	2.575	4.291	739	3.927	4.666	1.400	2.333
F	306	4.798	5.104	2.552	3.722	1.333	3.956	6.089	3.045	4.262
G	2.074	4.010	6.084	4.259	6.084	266	3.728	4.094	2.866	4.093
H	1.327	12.862	14.189	14.189	2007	12.510	14.517	14.517	14.517	14.517
<b>Total</b>	<b>4.672.121</b>	<b>55.580</b>	<b>4.727.701</b>	<b>46.070</b>	<b>61.661</b>	<b>3.925.864</b>	<b>44.938</b>	<b>3.970.802</b>	<b>43.754</b>	<b>59.302</b>

(\*) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

**d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:**

	2º Semestre		Exercícios	
	2019	2019	2019	2018
Saldo inicial no semestre/exercício	(58.241)	(59.302)	(79.447)	-
Complemento líquido de reversão	(16.983)	(26.972)	(1.602)	-
Baixas líquidas dos valores recuperados	13.563	24.613	21.747	-
<b>Saldo final no semestre/exercício</b>	<b>(61.661)</b>	<b>(61.661)</b>	<b>(59.302)</b>	<b>-</b>

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu o montante de R\$ 61.661 (31/12/2018 R\$ 59.302), correspondente a 1,31% (31/12/2018 1,49%) do total da carteira, desconsiderando o montante do ajuste a valor de mercado da carteira de crédito objeto de "hedge" e as relações interfinanceiras. A provisão constituída acima do mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682, decorre das análises internas e individuais dos clientes e é considerada adequada para suportar eventuais perdas. No exercício foram amortizados créditos para prejuízo no montante de R\$ 28.949 (2018 R\$ 26.685), e ocorreram recuperações no montante de R\$ 17.332 (2018 R\$ 13.585). O saldo das operações negociadas era de R\$ 35.130 (31/12/2018 R\$ 39.628) na data do balanço. O saldo apresentado considera como regeneração qualquer acordo ou operação nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. **e) Cessão de crédito:** As operações de cessão de crédito são contabilizadas conforme descrito na nota explicativa nº 2 "e" das Demonstrações Financeiras. O saldo das operações de crédito cedidas com retenção de riscos contabilizadas segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, atualizado pelas taxas originais das operações de crédito e considerando as amortizações no exercício, perfaz o montante de R\$ 994 (31/12/2018 R\$ 5.397), tendo sido reconhecida no exercício receita de juros para estas operações o montante de R\$ 528 (2018 R\$ 1.516), e estão registradas na demonstração de resultado sob a rubrica "Rendas de Operações de Crédito - Rendas de Empréstimos". O saldo correspondente destas operações, relativo ao valor recebido pela Companhia nestas transações, atualizado pela taxa de contrato de cessão e considerando as amortizações realizadas, está refletido no passivo no montante de R\$ 1.012 (31/12/2018 R\$ 5.638), tendo sido apropriadas no exercício despesas de juros no montante de R\$ 352 (2018 R\$ 983) registrado na rubrica "Despesas da Intermediação Financeira - Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros". A provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações cedidas com retenção de riscos segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, é efetuada conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, e está registrado no montante de R\$ 4 (31/12/2018 R\$ 26). A partir de novembro/2016 a Companhia vem adquirindo carteira de operações de crédito consignado via cessão de operações de crédito com transferência dos riscos com instituição financeira ligada. O volume de transação destas operações no exercício corresponde a R\$ 843.961 (2018 R\$ 616.727), registrada em conta adequada do ativo, na rubrica "Operações de Crédito", tendo sido reconhecidas no exercício receitas no montante de R\$ 118.579 (2018 R\$ 91.197) registradas na rubrica "Rendas de Operações de Crédito - Rendas de Empréstimos".

**(06) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS**

	31/12/2019	31/12/2018
Créditos tributários (nota 8b)	160.813	112.250
Depósitos judiciais	41.173	40.496
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão (*)	36.125	96.396
Carteira de crédito - recursos em trânsito	17.996	11.022
Títulos e direitos a receber	15.527	4.757
Prêmio na venda de operações de crédito - ligadas	7.219	12.930
Outros créditos	1.637	670
<b>Total</b>	<b>280.520</b>	<b>278.523</b>

(\*) Refere-se a operações de crédito pessoal consignado adquiridas com cláusula de cobrição junto a instituições ligadas. Para registro das operações de crédito adquiridas foi observado o critério contábil estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/08.

**(07) DESPESAS ANTECIPADAS**

Refere-se substancialmente a valores pagos a título de intermediação de negócios às revendas de veículos e às lojas de departamento no montante de R\$ 15.298 (31/12/2018 R\$ 9.251) e comissão de fiança bancária no montante de R\$ 2.088 (31/12/2018 R\$ 927). Essas despesas, quando não são pagas ou financiadas pelos clientes, são apropriadas ao resultado com base no prazo contratual da operação de crédito.

**(08) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	2º Semestre			Exercícios		
	2019	2019	2018	2019	2019	2018
<b>Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidas as participações no resultado</b>	<b>58.328</b>	<b>103.303</b>	<b>99.883</b>			
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (*)	(23.331)	(41.321)	(44.947)			
Efeito no cálculo dos tributos:						
Juros sobre o capital próprio	5.777	8.061	8.558			
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	(1.645)	(4.052)	(6.640)			
Créditos Amortizados para prejuízo	13	500	1.131			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.367)	(940)	9.061			
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	1.398	672	209			
Obrigações fiscais diferidas	(49)	(101)	(105)			
Ativo fiscal diferido	1.751	2.719	(767)			
Outros valores (**)	1.201	3.282	1.676			
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(16.252)</b>	<b>(31.180)</b>	<b>(31.824)</b>			
<b>Impostos correntes</b>	<b>(17.954)</b>	<b>(33.798)</b>	<b>(30.952)</b>			
<b>Impostos diferidos</b>	<b>1.702</b>	<b>2.618</b>	<b>(872)</b>			
<b>Despesa contabilizada</b>	<b>(16.252)</b>	<b>(31.180)</b>	<b>(31.824)</b>			

(\*) Vide nota explicativa nº 2h.

(\*\*) Em 2019, refere-se basicamente à reversão de provisão para serviço de tecnologia.

**b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:**

	31/12/2018		Realização		31/12/2019	
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Recetas (Despesas)	Recetas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)
<b>Disponibilidades</b>	<b>6.422</b>	<b>8.478</b>	-	-	-	-
- Outras partes relacionadas (1)	6.422	8.478	-	-	-	-
Banco Alfa S.A.	6.422	8.478	-	-	-	-
<b>Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros (1)</b>	<b>(4.352.192)</b>	<b>(3.630.117)</b>	<b>(247.945)</b>	<b>(244.606)</b>	<b>(4.352.192)</b>	<b>(3.630.117)</b>
- Outras partes relacionadas (1)	(4.352.192)	(3.630.117)	(247.945)	(244.606)	(4.352.192)	(3.630.117)
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	(3.044.179)	(665.633)	(29.959)	(54.166)	(3.044.179)	(665.633)
Banco Alfa de Investimento S.A.	(518.989)	(518.484)	(217.986)	(165.440)	(518.989)	(518.484)
Aquisição de ativos financeiros	789.539	752.340	119.045	107.228	789.539	752.340
- Outras partes relacionadas (2)	36.478	96.808	11.895	28.178	36.478	96.808
Banco Alfa S.A.	36.478	96.808	11.895	28.178	36.478	96.808
- Outras partes relacionadas (3)	753.061	655.532	107.150	79.050	753.061	655.532
Banco Alfa S.A.	738.530	655.532	106.207	79.050	738.530	655.532
C&C Casa e Construção Ltda.	13.861	-	125	-	13.861	-
Transamérica de Hotéis Nordeste Ltda.	670	-	98	-	670	-
<b>Juros sobre o capital próprio e dividendos</b>	<b>(7.655)</b>	<b>(5.152)</b>	<b>-</b>	<b>(11.595)</b>	<b>(7.655)</b>	<b>(5.152)</b>
- Outras partes relacionadas	(3.731)	(2.450)	-	(5.247)	(3.731)	(2.450)
Alfa Holdings S.A.	(518)	(314)	-	(508)	(518)	(314)
Consortio Alfa de Administração S.A.	(518)	(314)	-	(508)	(518)	(314)
Corumal Participações e Administração	(2.695)	(1.818)	-	(4.109)	(2.695)	(1.818)
Pessoa Física	-	(4)	-	-	-	(4)
<b>- Pessoa-chave da administração da entidade ou de sua controladora</b>	<b>(3.924)</b>	<b>(2.702)</b>	<b>-</b>	<b>(6.348)</b>	<b>(3.924)</b>	<b>(2.702)</b>
Outras transações (4)	(529)	(436)	(13.114)	(11.940)	(529)	(436)
- Outras partes relacionadas	(529)	(436)	(13.114)	(11.940)	(529)	(436)
Alfa Corretora de Valores Mobiliários S.A.	(9)	(1)	(38)	(6)	(9)	(1)
Banco Alfa S.A.	(143)	(106)	-	-	(143)	(106)
Banco Alfa de Investimento S.A.	(377)	(329)	-	-	(377)	(329)
Hotel Transamérica Ltda.	-	-	(31)	(54)	-	-
Banco Alfa de Cultura	-	-	(526)	(447)	-	-
Metro Sistemas e Informática Ltda.	-	-	(3.125)	(2.814)	-	-
Metro Taxi Aéreo Ltda.	-	-	(559)	(485)	-	-
Metro Tecnologia e Informática Ltda.	-	-	(8.835)	(8.098)	-	-

(1) As transações referem-se às operações envolvendo a Companhia e partes relacionadas, efetuadas a taxas compatíveis com as taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações.

(2) Refere-se a aquisição de operações de crédito consignado junto à empresa ligada, com cobrição, realizadas na vigência da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, no montante de R\$ 36.478 (31/12/2018 R\$ 96.396) e realizadas na vigência da Circular BACEN nº 2.568, de 04/05/1995, no montante de R\$ zero (31/12/2018 R\$ 412). (3) Refere-se a aquisição de operações de crédito consignado junto à empresa ligada (sem cobrição), realizadas na vigência da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008. (4) Os ressarcimentos de custos referem-se basicamente, à agenciamento de operações e sublocação de imóvel com empresas ligadas de acordo com contrato mantido entre as partes. b) Remuneração dos Administradores: Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, é estabelecida a remuneração para os membros do Conselho de Administração e Diretoria. No exercício, o montante registrado foi de R\$ 11.422 (2018 R\$ 10.223) para os membros do Conselho de Administração e Diretoria. A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da administração. (b.1) Em 29/10/2019 o Banco Central do Brasil editou a Resolução nº 4.693/2018 que autoriza, a partir de 01/01/2019 as instituições financeiras a realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições previstas em seu artigo 6º e os limites definidos em seu artigo 7º, a saber: • Artigo 6º: As operações de crédito somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garant

data-base destas demonstrações financeiras; b) situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada e; c) situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários (b) e (c) abaixo, estão sendo apresentados por exigência da instrução CVM nº 475, entretanto, referem-se a cenários que a Administração da Companhia não acredita que possam ocorrer.

Exposição	31/12/2019			
	MTM - Exposição	Estresse - Alfa cenário (a)	Deterioração de 25% cenário (b)	Deterioração de 50% cenário (c)
Pré-fixada	1.367.303	(42.091)	(28.004)	(54.223)
Exposição	31/12/2018			
	MTM - Exposição	Estresse - Alfa cenário (a)	Deterioração de 25% cenário (b)	Deterioração de 50% cenário (c)
Pré-fixada	500.797	(7.970)	(7.742)	(14.712)

Foi considerada para a análise apresentada acima, a exposição líquida das operações (posições ativas menos posições passivas), ressaltando que estão incluídas todas as posições de derivativos contratadas.

**(16) OUTRAS INFORMAÇÕES**

**a) Outras Despesas Administrativas:**

	2º Semestre		
	2019	Exercícios 2019	2018
Processamento de dados	(14.024)	(28.638)	(25.709)
Serviços de terceiros	(5.520)	(8.027)	(5.201)
Aluguéis	(4.475)	(8.743)	(7.833)
Serviços técnicos especializados	(4.050)	(7.861)	(8.084)
Propaganda e publicidade	(3.410)	(5.877)	(2.606)
Serviços do sistema financeiro	(2.695)	(6.423)	(7.265)
Viagem	(1.977)	(3.351)	(2.555)
Comunicações	(1.550)	(1.870)	(3.021)
Promoções e relações públicas	(1.415)	(2.763)	(2.542)
Depreciação e amortização	(1.040)	(2.032)	(1.776)
Manutenção e conservação de bens	(588)	(1.210)	(1.137)
Água, energia e gás	(287)	(592)	(500)
Outras despesas administrativas	(3.080)	(5.150)	(5.158)
<b>Total</b>	<b>(44.111)</b>	<b>(82.537)</b>	<b>(73.387)</b>

**b) Outras Receitas Operacionais:**

	2º Semestre		
	2019	Exercícios 2019	2018
Rendas de títulos e créditos	2.182	9.592	17.961
Reversão de provisão para contingências trabalhista	-	-	1.825
Receita com portabilidade de crédito	897	1.342	999
Atualização de tributos a compensar e recuperação de depósitos judiciais	555	1.105	1.169
Dividendos prescritos	448	939	864
Recuperação de tributos	89	89	276
Reversão de provisão para ações cíveis	2	8	158
Outras rendas operacionais	258	833	1.437
<b>Total</b>	<b>4.431</b>	<b>13.908</b>	<b>24.689</b>

**c) Outras Despesas Operacionais:**

	2º Semestre		
	2019	Exercícios 2019	2018
Prêmio de operações de vendas - ligadas (*)	(5.850)	(12.372)	(12.147)
Despesas com intermediação/igualização de contratos	(5.368)	(9.574)	(7.342)
Comissões	(4.514)	(8.341)	(6.808)
Contingências trabalhistas	(2.956)	(12.664)	(18.052)
Ressarcimento de custo de originação	(1.372)	(3.173)	(3.058)
Despesas com créditos inadimplentes	(709)	(1.337)	(1.850)
Contingências cíveis	(561)	(1.755)	(601)
Atualização de tributos e complemento para provisão para contingências fiscais	(140)	(289)	(286)
Outras despesas operacionais (**)	(3.638)	(5.564)	(4.078)
<b>Total</b>	<b>(25.108)</b>	<b>(55.069)</b>	<b>(54.222)</b>

(\*) Conforme nota explicativa nº 5e refere-se ao prêmio com cessão de crédito sem cobrança com a empresa ligada Banco Alfa S.A. (\*\*) Inclui, basicamente despesas com indenizações trabalhistas e cíveis.

**d) Resultado não Operacional:**

	2º Semestre		
	2019	Exercícios 2019	2018
Lucro na alienação de investimentos - venda ações da Cielo	6.723	6.723	-
Lucro na alienação de valores e bens	56	248	297
Prejuízo na alienação de valores e bens	(815)	(1.237)	(1.569)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	910	1.357	291
Outras receitas/despesas não operacionais	(14)	(12)	28
<b>Total</b>	<b>6.860</b>	<b>7.079</b>	<b>(953)</b>

**e) Contratação de Seguros:** O Conglomerado tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, seu patrimônio. A cobertura de seguros contra riscos operacionais do Conglomerado era composta por R\$ 90.035 (31/12/2018 R\$ 74.755) para danos materiais. Além disso, possui cobertura para Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil de R\$ 6.000 (31/12/2018 R\$ 6.000) e R\$ 3.000 (31/12/2018 R\$ 2.000), para suprir eventuais danos ao Conglomerado. **f) Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego a seus empregados:** Em atendimento à Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012 informamos que a Companhia não mantém planos de remuneração em ações (*stock options*) e outros benefícios pós-emprego a seus empregados.

**(17) ÍNDICE DE CAPITAL E DE ALAVANCAGEM**

O BACEN, através das Resoluções nº 4.192/2013 e 4.278/2013, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência considerando as instituições integrantes do Prudencial para cálculo do Índice de Capital. Adicionalmente através da Resolução nº 4.193/2013, instituiu apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013.

O índice de capital para 31/12/2019 apurado nos termos das referidas Resoluções é de 20,06% (31/12/2018 20,42%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Prudencial, quando comparados aos requisitos mínimos do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal de 10,5%. O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido, Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Capital do Prudencial.

	Prudencial	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Patrimônio de Referência - Nível I</b>	<b>2.502.336</b>	<b>2.402.773</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>2.502.336</b>	<b>2.402.773</b>
Patrimônio Líquido	2.546.564	2.442.617
(-) Ajustes Prudenciais	(44.228)	(39.844)
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>2.502.336</b>	<b>2.402.773</b>
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>12.475.342</b>	<b>11.768.496</b>
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	10.757.297	9.884.410
Risco de Mercado	502.537	684.877
Risco Operacional	1.215.508	1.199.209
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido</b>	<b>998.027</b>	<b>1.015.033</b>
<b>Valor Requerido de Adicional de Capital Principal</b>	<b>311.884</b>	<b>220.659</b>
<b>Índice de Basileia</b>	<b>20,06%</b>	<b>20,42%</b>
<b>Capital de Nível I</b>	<b>20,06%</b>	<b>20,42%</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>20,06%</b>	<b>20,42%</b>

O BACEN, através da Circular nº 3.748/2015 instituiu o Índice Razão de Alavancagem (RA) ao arcação de Basileia III no Brasil. O RA é definido como a razão entre Capital Nível I e Exposição Total. Em 31/12/2019, o Índice de Razão de Alavancagem do Prudencial é de 15,88% (31/12/2018 15,57%).

**(18) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604 de 29/08/2008, apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa está constituído por:

	2º Semestre		
	2019	Exercícios 2019	2018
No início do semestre/exercício	830.699	898.078	721.717
Disponibilidade	12.757	10.176	1.642
Aplicações interfinanceiras de liquidez (I)	817.942	887.902	720.075
No final do semestre/exercício	110.771	110.771	898.078
Disponibilidade	7.255	7.255	10.176
Aplicações interfinanceiras de liquidez (I)	103.516	103.516	887.902
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa	(719.928)	(787.307)	176.361

(i) Refere-se a operações cujo vencimento na data da aplicação era igual ou inferior a 90 dias.

**(19) INFORMAÇÕES SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM IFRS**

Estas Demonstrações Financeiras foram elaboradas, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, através da Circular nº 1.273 de 29/12/1987 (COSIF). A Resolução CMN nº 3.786 de 24/09/2009 e as Circulares BACEN nº 3.472 de 27/10/2009 e nº 3.516 de 02/12/2010 estabelecem que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e divulgar em até 90 dias após a data-base de 31 de dezembro suas Demonstrações Financeiras Consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board. Conforme estabelecido na resolução do CMN, a Companhia divulgou em seu "website", em março de 2019, suas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018 e 2017 preparadas de acordo com o IFRS. A Administração acredita que as diferenças entre o lucro líquido e o patrimônio líquido para 31 de dezembro de 2019 não são significativamente diferentes, quanto à sua natureza ou seus valores, das apresentadas na reconciliação de 31 de dezembro de 2018, divulgada nas Demonstrações Financeiras em IFRS e não incorporadas nestas Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONTADORA
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro - Presidente Humberto Mourão de Carvalho Luiz Alves Paes de Barros	Rubens Bution - Diretor Presidente Antonio José Ambrozano Neto Fabiano Siqueira de Oliveira Fabio Alberto Amoroso Pedro Elias Dabbur	Eliane Carolina Quaglio Arjonas CRC 1SP 232.846/O-2

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

So Conselho de Administração e Acionistas da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos São Paulo - SP

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**  
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
Conforme descrito nas notas explicativas nº 2 e nº 5, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, obedece aos critérios mínimos exigidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, normativo que estabelece os critérios para classificação das operações de crédito e para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, divididos em nove faixas de risco, sendo "AA" o melhor rating e "H" o pior rating, que requerem um percentual mínimo a ser provisionado. A Companhia constitui, quando necessário, provisão acima do mínimo requerido pela referida Resolução, para tanto, se baseia em análises internas e na conjuntura econômica, setorial e individual de cada cliente para avaliar tal necessidade. As premissas utilizadas visam a adequada provisão para suportar eventuais perdas. Devido à relevância das operações de crédito, aos julgamentos relacionados à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**  
Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos relacionados de aprovação, registro, classificação das operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, formalização das análises e revisões de riscos de crédito, a sua inclusão no sistema e, com o auxílio de nossos especialistas na área de tecnologia, a interface entre o referido sistema e a contabilidade. Adicionalmente analisamos, com base em amostragem, as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, tais como atraso na operação e deterioração das condições do tomador do crédito. Com base em amostragens, analisamos documentos suporte preparados pela Companhia para fundamentar o cálculo, a contabilização e divulgação da provisão para crédito de liquidação duvidosa de acordo com os requerimentos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2682. Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, tomadas em conjunto.

**Provisão e Passivos Contingentes - trabalhistas, cíveis e fiscais**  
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2 e nº 11, a Companhia constitui, considerando a avaliação de assessores legais, provisão para demandas judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso de suas operações. Para determinação do valor das estimativas, é considerado a opinião de assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento de tribunais, o histórico de perdas e outros critérios adotados pela Companhia. As premissas utilizadas são formalizadas em políticas institucionais e visam a adequada provisão para suportar eventuais perdas. Devido ao grau de julgamentos e à especificidade na classificação do risco de uma demanda judicial, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**  
Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles relativos ao cadastro, avaliação do risco, cálculo e registro da provisão, acompanhamento do processo e encerramento. Avaliamos a adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e passivos contingentes. Por amostragem, realizamos

procedimentos de auditoria quanto às constituições, reversões e suficiência da provisão. Analisamos as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores. Avaliamos a adequação das premissas utilizadas na metodologia da mensuração dos valores, a memória de cálculo da provisão, os dados e informações históricas e analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais processos em que a Companhia está envolvida.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento para contingências e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, tomadas em conjunto.

**Valor Justo de Instrumentos Financeiros Derivativos - Estrutura Hedge Accounting**  
Conforme notas explicativas nº 2 e nº 15, a Companhia calcula o valor justo dos seus instrumentos financeiros derivativos tomando como base as informações divulgadas no mercado futuro (B3 - Brasil, Bolsa e Balcão). A Companhia possui contratos de SWAP (CDI x PRE) que, em parte, foram realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos financeiros. Essa estrutura de proteção está classificada como "Hedge" de Risco de Mercado, tendo como item objeto as operações de crédito. As operações de crédito designadas para "Hedge" de risco de mercado são mensuradas a valor de mercado. Para cálculo do valor justo, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão (DI X PRE) para cada respectivo vencimento. A mensuração a valor justo tanto dos derivativos como do item objeto de "Hedge" devem atender aos critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082/02, norma que estabelece e consolda critérios para registro e avaliação contábil de instrumentos financeiros derivativos, além de políticas e controles para garantir a sua efetividade. Devido ao julgamento envolvido para precificação dos derivativos e premissas utilizadas para mensuração a valor de mercado do item objeto de "Hedge", consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**  
Como parte dos nossos procedimentos, avaliamos o desenho e os controles internos adotados pela Companhia para mensuração do valor de mercado dos instrumentos derivativos, do item objeto de "Hedge" e para o acompanhamento da estrutura de "Hedge". Com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, testamos os modelos desenvolvidos pelos profissionais da Companhia para a determinação dos valores justos e a razoabilidade dos critérios para definição dos parâmetros e das informações incluídas nos modelos de precificação utilizados, recalculamos o valor das operações e comparamos as premissas usadas para determinação do valor justo com operações similares no mercado. Ainda, com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, obtivemos o entendimento das estratégias de proteção adotadas pela Companhia, incluindo aquelas relacionadas a contabilidade de "Hedge" para preservar o spread das operações de crédito. Avaliamos a suficiência da documentação preparada pela Companhia que suporta a designação como contabilidade de proteção, especificamente as designações formais contendo as descrições de todas as estratégias, metodologias utilizadas para mensuração da efetividade. Efetuamos ainda o recálculo do teste de efetividade de cobertura prospectivo e retrospectivo preparados pela Companhia. Adicionalmente, analisamos se as informações apresentadas em notas explicativas atendem a todos os requisitos de divulgação determinados pela Circular BACEN nº 3.082/02 e aplicáveis à Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos, item objeto de "Hedge" e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, tomadas em conjunto.

**Outros assuntos**  
**Demonstração do valor adicionado**  
A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**  
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.  
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.  
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar à Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2020  
**KPMG**  
KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6  
Marco Antonio Pontieri  
Contador - CRC 1SP15369/O-0

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2019**

**Introdução**  
O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.

**Atividades do Comitê**  
O Comitê reuniu-se 10 vezes no período de julho a dezembro de 2019, com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das demonstrações financeiras, provisão, compliance, combate à lavagem de dinheiro, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e B3-Brasil, Bolsa e Balcão, discutindo as providências adotadas.

**Administração de Riscos**  
O Comitê de Auditoria mantém sinergia com o Comitê de Riscos. Fez uma reunião trimestral com o Gerente Geral de Administração de Riscos, para um acompanhamento mais focado nos aspectos mais relevantes, e enquadramentos definidos pela administração.

**Ouvvidoria**  
Foi acompanhada, mediante reuniões, relatórios por ela produzidos e monitoramento de atividades, as quais foram referendadas de acordo com as normas da Resolução BACEN nº